

## APOSENTADORIA ESPECIAL: SEM PARIDADE É PUNIÇÃO!

Uma nova rodada nas discussões sobre Aposentadoria Especial foi realizada no dia 27/05. Nessa audiência pública o governo apresentou uma nova proposta com alterações em relação a anterior, mas ainda sem o principal para que o direito seja realmente um benefício e não uma punição: A PARIDADE.

A Paridade é o que garante que o reajuste do aposentado seja o mesmo dos servidores da ativa e não dos segurados pelo INSS. Sem isso, para muitos casos não vai valer a pena se aposentar pela Especial, já que o salário vai diminuindo ao longo do tempo.

Apenas para citar um exemplo, a luta dos servidores esse ano conseguiu arrancar 7,5% de reajuste, já as aposentadorias no INSS tiveram apenas 5,56%. Com o decorrer dos anos, esta diferença provoca uma perda salarial significativa. Como se isso já não bastasse, quem aposenta sem Paridade não tem direito também a reclassificação de nível salarial. Citando outro exemplo, as Auxiliares de Enfermagem foram reclassificadas em 2012 do nível G para o nível L, mas quem foi aposentado sem Paridade continua a receber pelo nível salarial G.



### ALÉM DA FALTA DE PARIDADE, A NOVA PROPOSTA CONTÉM OUTROS PROBLEMAS, SÃO ELES:

▶ Embora tenha incluído na Lei a descrição do que é uma atividade de risco, um dos artigos dessa especificação impôs uma regra a mais para quem exerce a atividade de risco. Agora, apenas para esses (que se resumem aos Guardas Municipais), é obrigatório que além dos 25 anos correndo risco de vida se tenha 55 anos de idade para homens e 50 anos para mulheres.

Mais uma vez a Prefeitura tenta PUNIR os Guardas Municipais adotando regras sem

sentido apenas para essa carreira. Não há nenhuma razão para que APENAS os Guardas sejam obrigados a ter idade mínima para se aposentar pela Especial! Grande parte do efetivo entrou ainda jovem, desse jeito vai ser mais rápido se aposentar pelo tempo normal do que pela Especial;

▶ A Prefeitura continua batendo o pé em não garantir a Aposentadoria Especial para todos que recebem adicional por insalubridade e periculosidade. Uma tremenda contradição, pois

a Prefeitura só paga o adicional com laudos atestando que são atividades de risco ou condições que prejudicam a saúde ou a integridade física;

▶ Outra "punição" apenas para os Guardas Municipais: Quem estiver prestes a se aposentar, não poderá subir de cargo na carreira (GM I, II, Inspetor e Inspetor-chefe) em concursos internos feitos pela própria Prefeitura, pois nada foi alterado no texto que obriga o trabalhador a ter cinco anos no mesmo cargo efetivo.

### O CAMINHO DAS PEDRAS

Para que o governo aceite nossas reivindicações, fazendo da Aposentadoria Especial um verdadeiro benefício e não uma punição, não tem segredo: É PRESSÃO! Mobilização e presença maciça de todos os interessados, nas audiências públicas, assembleias e demais atividades.

Ou os funcionários públicos se mobilizam AGORA ou o rolo compressor da Prefeitura passará novamente! Depois não adianta resmungar ou querer entrar com ação na Justiça!

**CONVERSE COM OS COLEGAS E FIQUE ATENTO: EM BREVE DIVULGAREMOS A DATA DA PRÓXIMA AUDIÊNCIA PÚBLICA**

## RECESSO ESCOLAR PARA FUNCIONÁRIOS É ENCURTADO



Não deu nem tempo de comemorar a mudança no Calendário Escolar conquistada graças a união e luta dos funcionários de

escola e professores. Após essa conquista, a Secretaria da Educação mandou email para todas as escolas ordenando que os

funcionários trabalhem metade do Recesso Escolar (30 de junho à 4 de julho). O Recesso, que vai do dia 30/06 ao dia 11/07, só vale para os professores e alunos, o resto têm que ir lá bater ponto, mesmo não tendo nada pra fazer.

Sem apresentar nenhuma justificativa, a secretária da pasta se limita a dizer que esse foi o "acordado" em uma reunião com os gestores das escolas. Acordado entre aspas, na verdade foi apenas informado. O que os trabalhadores irão fazer dentro das escolas sem os alunos? Os cozinheiros vão fazer comida pra quem? As equipes técnicas irão

debater o ensino com os professores por telepatia? Segundo o email, serão realizadas "reuniões de trabalho e formação continuada". Reuniões com quem? Formação aonde?

É por isso que quando comemoramos a vitória na portaria que estendeu o Recesso Escolar aos funcionários no ano passado, fizemos questão de deixar claro que se tratava de uma vitória parcial. Pois portaria têm que ser publicada todo o ano e isso vai depender do humor de quem estiver na chefia da Seduc no momento. Se quiser punir os funcionários

diminuindo ou até mesmo não dando o Recesso, assim o fará.

Por isso, nossa luta é para que o Recesso Escolar dos funcionários vire Lei. Só assim conseguiremos nos proteger e não ficamos à mercê da boa vontade dos governantes de plantão. Só assim conseguimos com que o Recesso Escolar deixe de se tornar chantagem e vire um direito de fato!

Para recarregar as energias e proporcionar um bom ambiente de ensino: Recesso Escolar para os funcionários inteiro e não pela metade! Na Lei e não por Portaria! Chega de assédio moral, Recesso Escolar para os funcionários na Lei já!

**COMPAREÇA À REUNIÃO NO DIA 18/06 (QUARTA-FEIRA), À PARTIR DAS 18H, NO SINDSERV (AV. CAMPOS SALES, 106, VILA NOVA)!**



facebook.com/sindservSantos





## SINDSERV REIVINDICA TOMBAMENTO DO COLÉGIO SANTISTA - CAIS

No dia 29 de abril, o SINDSERV oficializou o pedido de tombamento de toda a área do imóvel onde atualmente funciona o CAIS (Centro de Atividades Integradas de Santos). A reivindicação foi protocolada no CONDEPASA (Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Cultural de Santos).

O local já é referência na área de educação da cidade por muitas décadas. Antes de ser desapropriado pela Prefeitura em 2009, o Colégio Marista (mais conhecido como Colégio Santista) já contava com 106 anos de tradição em prol da formação de crianças da cidade e região. Gerações e gerações de santistas fo-

ram educados nesse espaço que atualmente abriga cerca de 1200 crianças em período integral.

O complexo na Vila Nova (Rua Sete de Setembro, 34) está em ótimas condições e atinge em sua plenitude os objetivos educacionais, por conta do amplo espaço ofertado por esse imóvel que ocupa 14.559 m<sup>2</sup>, dos quais 11.800 m<sup>2</sup> são de área construída. Ele conta ainda com modernas salas de aula, laboratórios, biblioteca com acervo de 23 mil livros, auditório, brinquedoteca, videoteca, cozinha experimental, ginásio coberto, quatro quadras esportivas, campo de futebol, entre outros espaços.



## PREFEITURA E EMPRESÁRIOS QUEREM DESPEJAR ESTAÇÃO DA CIDADANIA!



Ato Público pela Estação da Cidadania  
Dezembro de 2005

Como se já não bastassem todas as dificuldades para desenvolver um trabalho social, querem agora acabar com a maior referência da cidade em relação a cidadania. A pedido da Prefeitura de Santos, o Grupo Pão de Açúcar quer extinguir a Estação da Cidadania para dar lugar à uma base da Polícia Militar. Se isso acontecer, serão desalojadas mais de 50 entidades filantrópicas que atendem a comunidade.

A Estação da Cidadania está sediada em imóvel tomba-

do pela CONDEPASA em razão de seu importante contexto histórico do desenvolvimento urbano da cidade de Santos e de sua integração social com a Capital do Estado, cidades do Litoral Sul e municípios do Vale do Ribeiro.

A Estação abriga também a Escola de Música e Orquestra Jovem de Cordas mantida pelo próprio Grupo Pão de Açúcar, que atende a mais de uma centena de adolescentes. A própria Prefeitura também usa o espaço para o desenvolvimento

das atividades dos Objetivos do Milênio. Fora essas, ainda há mais de 50 entidades locais utilizam as dependências da Estação da Cidadania para promover importantes trabalhos sociais na esfera da cidadania.

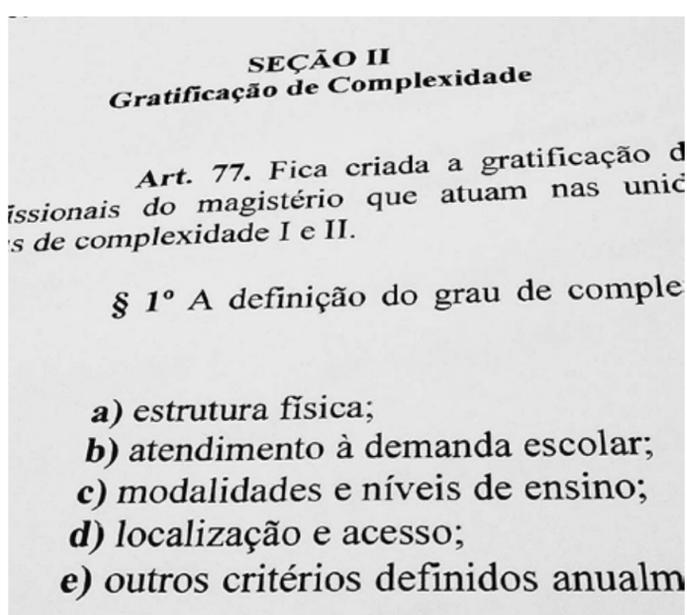
Por tudo isso, a Estação da Cidadania não pode acabar! Ela é uma referência da cidade. É, ao mesmo tempo, um patrimônio físico dedicado à Cidadania e um patrimônio imaterial da cidade de Santos. A Estação da Cidadania é Nossa! Ela pertence ao Povo Santista!

## FUNCIONÁRIOS DAS ESCOLAS E DA SEAS SE MOVIMENTAM PARA RECEBER ADICIONAL DE COMPLEXIDADE

Os funcionários das 8 escolas municipais classificadas como complexas estão mobilizados para também garantir a gratificação de complexidade instituída aos integrantes do magistério. Esta gratificação corresponde a 20% do vencimento do cargo (para grau 2) e 10% (grau 1) e é baseada na Lei Complementar 752/2012.

Quem também luta por benefício semelhante são os Operadores Sociais lotados nos equipamentos em regime de funcionamento 24 horas, denominados Abrigos, Casas de Acolhimento e Equipes de Rua. Um justo reconhecimento a esses trabalhadores que se sujeitam a uma escala de trabalho prejudicial a saúde física e mental.

O trabalho penoso caracteriza-se por todo aquele que pode ser definido como inadequado às condições físicas e psicológicas dos trabalhadores, provocando um incômodo, sofrimento



ou desgaste à saúde do trabalhador no ambiente de trabalho, este por sua vez, superior ao decorrente do trabalho normal, não se confundindo com o perigoso e nem o insalubre, mas podendo somar-se a estes por ter um reflexo maior na vida do trabalhador.

No dia 08/04, os funcionários representantes das escolas

(Esmeraldo Tarquínio, Oswaldo Justo, Pedro Crescenti, Pedro II, Cidade de Santos, José Carlos de Azevedo Júnior, Padre Leonardo Nunes e 28 de Fevereiro) e o SINDSERV se reuniram com o Secretário de Gestão para cobrar a criação de um dispositivo na lei que inclua os funcionários no pagamento da gratificação por complexidade.

Apesar de ter prometido dar resposta aos Funcionários de Escola até o dia 23/04, o governo somente irá se pronunciar sobre a complexidade após sair os relatórios financeiros do 1º quadrimestre. Segundo a Secretaria de Gestão, sem o relatório da Secretaria de Finanças não se consegue calcular qual será o impacto na folha de pagamento.

Ou seja, a desculpa de sempre. O cálculo poderia muito bem ser feito em cima do último relatório disponível para efeito de avaliação. Porém, não devemos esmorecer. E, se necessário for, haverá pressão por parte dos trabalhadores caso a resposta seja negativa ou teime em não aparecer. Esperamos que assim que sair o resultado do 1º quadrimestre

não haja desculpas por parte do governo para estender o direito do adicional para os funcionários e parte dos professores que ainda não o receberam (Professores que atuam em Projetos e Professores II com ampliação de jornada).

A extensão da complexidade para os Funcionários de Escola onde há trabalhadores que já recebem o benefício não pode mais ser protelada. Pois a cada mês estes servidores, deixam de receber 20% do vencimento do cargo (para grau 2) ou 10% (grau 1) injustamente. Antes de tudo, essa é uma luta por igualdade de direitos. Não há motivo para que alguns recebam e outros não, pois os critérios para a complexidade são relacionados ao local de trabalho.

**ESTAMOS DE OLHO!  
NENHUM DIREITO A MENOS!**



# PRA QUEM SERVE A PARTICIPAÇÃO DIRETA NOS RESULTADOS?

No final de março a Prefeitura anunciou o PDR (Participação Direta nos Resultados), uma “iniciativa inovadora” que, segundo o governo, os servidores irão adorar e os munícipes também. Porém, após fazermos uma análise mais detalhada, descobrimos então pra que vêm essa PDR.

## FILOSOFIA EMPRESARIAL

Fruto da mentalidade de quem acha que tudo na iniciativa privada é uma maravilha, a PDR vêm no intuito de intensificar a “produção” de trabalho dos servidores e diminuir ainda mais o número de funcionários. Nas entrelinhas do discurso oficial fica clara a visão que a administração municipal têm dos serviços prestados por seus funcionários.

Para ela, trabalhamos com má vontade, relaxo, desinteresse. Por isso acredita que pode nos espremer mais um pouquinho para atingir suas metas.

Como reduzir tempo de espera da população para procedimentos diversos, diminuir tempo de agendamento, estancar as horas extras dos funcionários, ampliar atendimentos e aumentar funções com o mesmo número de funcionários e a mesma estrutura? É só uma questão de vontade? Sabemos que não!

Sabemos também que as metas provavelmente serão atingidas. Mas isso não terá relação nenhuma com “maior engajamento dos colaboradores”, “maior cooperação entre as equipes” ou qualquer outra baboseira de palestra empresarial. As metas serão alcançadas pois, junto com elas, vêm outras “filosofias” ensinadas pelo “deus mercado”: Pressão por produtividade e assédio moral.

Os professores que também trabalham para o Estado sabem muito bem o que é ter uma política de péssimos salários complementados com bônus de todas as ordens, inclusive PDR. Se você conhece algum, pergunte como é a pressão para que os professores passem de ano quase todos os alunos, mesmos os que não entenderam nada das matérias lecionadas. O assédio moral vem até mesmo de colegas de trabalho, que ficam cegos querendo atingir as metas.

Melhor ainda, pergunte para um funcionário do Estado aposentado como está sua vida com uma merreca de salário, já que todos os bônus (inclusive o PDR) não são incorporados.

A verdade é que onde essa filosofia empresarial se instala, “valorizando” o servidor com bônus ao invés de salário, que deveria ser um benefício torna-se

uma prisão e, em muitos casos, vira moeda de troca por apoio político quando o ano é eleitoral.

## NENHUMA CONTRAPARTIDA

Porque metas apenas para os trabalhadores? Porque o governo não assume compromissos que, esses sim, deixariam todos os trabalhadores mais motivados e, conseqüentemente, melhorariam os serviços à população? Sugeriríamos alguns:

- ▶ Sanar a carência de funcionários em todos os setores necessários;
- ▶ Recuperar o poder de compra dos servidores perdidos por anos sem reajuste;
- ▶ Diminuir o número de alunos por sala;

▶ Cesta Básica de acordo com a média de uma Cesta Básica em Santos, e não dois terços dela;

▶ Instalar ar-condicionado nas salas de aulas, leitos hospitalares e outros locais imprescindíveis. Não tem

dinheiro? Retire os aparelhos dos gabinetes;

▶ Auxílio alimentação digno em uma cidade onde a refeição é a mais cara em todo o Estado de São Paulo;

▶ Diminuição dos cargos comissionados, etc.

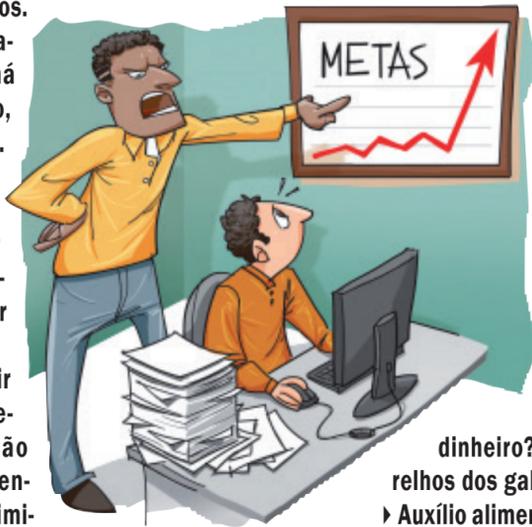
## MENTIRA TEM PERNA CURTA

Lembram a choradeira da Prefeitura durante nossa Campanha Salarial? Pois é, tudo mentira! Apenas para planejar essa PDR, em míseros 3 meses, o governo pagou R\$ 490.000,00 para a Fundação Vanzolini. Detalhe, sem licitação alguma. E caso a Ouvidoria e as seis secretarias inicialmente selecionadas (Assistência Social, Defesa da Cidadania, Educação, Finanças, Gestão e Saúde) alcancem todos os objetivos, o gasto totalizará R\$ 9.400.000,00.

Ou seja, com o total de bônus (9 milhões e 400 mil) mais o dinheiro gasto para o planejamento (490 mil) e levando em conta que a Prefeitura anunciou que o reajuste de 7,5% equivaleria ao gasto de 64 milhões, temos que só com esse dinheiro gasto na PDR daria pra dar pelo menos mais 1% de aumento para toda a categoria. Ficaríamos com 8,5%. Ué, 7,5% não era o limite para não ultrapassar a Lei de Responsabilidade Fiscal?!?

## NÃO TEM MÁGICA

Quer os trabalhadores mais motivados e um serviço público de melhor qualidade? Que tal escutar os próprios trabalhadores que não se cansam de denunciar falta de profissionais em diversos cargos e falta de condições estruturais mínimas para realizar um bom atendimento ao munícipe?!?



## MAIS UM ANO COM DEVOLUÇÃO DO IMPOSTO SINDICAL NO SINDSERV

Mais uma vez o SINDSERV Santos dá exemplo para todas as entidades sindicais e devolve o Imposto Sindical para os seus associados. Esse ano, a devolução do Imposto Sindical foi feita na própria sede do sindicato e em diversos dias, fazendo com que o servidor não enfrentasse nenhuma fila.

A devolução desse imposto é um antigo compromisso da diretoria do SINDSERV com os servidores e pouquíssimos sindicatos no país

o fazem. O sindicato faz questão de devolver esse dinheiro, pois foi retirado do trabalhador de forma compulsória, ou seja, sem o consentimento dele. Temos orgulho de manter todos os custos do sindicato exclusivamente do dinheiro dos associados, feito de forma voluntária pelos servidores que acreditam na importância de manter a entidade, o instrumento de luta e organização da nossa categoria.

## O QUE É O IMPOSTO SINDICAL?

É o desconto correspondente a um dia de trabalho, feito todo ano no mês de março. 60% dele é repassado para o sindicato, 15% é dividido entre as Federações, 10% entre as Centrais Sindicais, 5% vai para as Confederações e 10% fica com o Ministério do Trabalho.

Foi criado pelo ex-presidente Getúlio Vargas com o objetivo de atrelar os sindicatos aos governos e patrões. Deu certo para grande parte dos sindicatos que passaram

a acreditar na conciliação de classes. Esses sindicatos que caíram no canto da sereia se auto denominavam de “sindicalismo de resultado”, mas a prática mostrou (e ainda mostra) que o resultado é só para o patrão.

Esse imposto sempre serviu para que esses sindicatos, centrais e federações pelegas mantivessem suas portas abertas mesmo quase sem ter sócios, tudo às custas de montanhas de dinheiro “garfado” dos trabalhadores.



## CONFIRA QUANTO FOI DEVOLVIDO AOS SERVIDORES

• 2012	R\$ 38.365,24
• 2013	R\$ 93.802,09
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 132,167,33</b>

